

Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global*

POLICY PAPER

1. Síntese-Diagnóstico

A Cidadania Global (CG) é, hoje, um conceito central da agenda europeia e internacional para o Desenvolvimento. Na UE, o valor desta ideia é reconhecido pela Comissão Europeia através de inúmeros programas e projetos que financia, cujos objetivos, quase sempre, apontam para a importância de valorizar a participação e a intervenção social, em especial dos jovens. Embora a maioria dos estudos sobre cidadania e desenvolvimento confirme o interesse da juventude pelos temas “globais”, os dados indicam, também, que o modo como eles são promovidos nos países europeus não encoraja, de forma eficaz, o envolvimento e a participação dos mais novos na sua concretização. Com efeito, a pedagogia sobre a CG varia muito de país para país: se, em alguns deles, o tema está perfeitamente institucionalizado nos *currícula* das escolas, noutros ele está simplesmente ausente.

Apesar de existirem, teoricamente, várias oportunidades para a juventude participar nos mecanismos democráticos nacionais e europeus, a maioria destes mecanismos está desligada dos seus estilos de vida e de consumo cultural. E parece ser precisamente, no âmbito destes quadros de vida, que os jovens mais demonstram disponibilidade para se mobilizarem e participarem politicamente nos temas da CG, particularmente no âmbito das múltiplas formas de comunicação digital de que dispõem.

Embora os estudos sobre participação política dos jovens portugueses apontem para uma falta generalizada de interesse pela política e pela participação na política (Lobo, Ferreira e Rowland, 2015), outros dados revelam que as juventudes partidárias portuguesas são muito sensíveis às questões que constituem desafios globais, demonstrando apetência para se envolverem mais em temas como o ambiente, os direitos humanos, as migrações, a educação, a luta contra a pobreza ou o emprego (Santos *et al.*, 2016, Barreto e Lopes, 2017). Paradoxalmente, a maioria dos membros destas organizações revela “um conhecimento relativamente limitado sobre as temáticas ligadas ao Desenvolvimento Global “(Santos *et al.*, 2016:29) e, em particular, sobre a agenda global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Barreto e Lopes, 2017:6).

Apresenta-se, assim, a hipótese de que, em Portugal, a ligação entre os temas que constituem a CG (direitos humanos, igualdade de género, justiça social, diversidade cultural e étnica, sustentabilidade ambiental, interconexão/interdependência de países e populações, direitos e responsabilidades na comunidade humana global,...) e a perceção de que eles são concretizáveis a nível local, nacional e internacional e de que têm um impacto real na vida das comunidades está praticamente ausente. Defende-se, portanto, que essa conexão poderá ser estabelecida da forma mais eficaz pelos partidos políticos, com base numa melhor interação com as suas juventudes partidárias.

*Por Noémia Pizarro, do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, para o projeto “Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global”, da AIDGLOBAL.

2. Recomendações

Partindo da pergunta de base do estudo da AIDGLOBAL¹ – *O que podem as juventudes partidárias fazer, no âmbito da sua missão e dos seus modelos de funcionamento, para aproximar mais os seus militantes e os jovens com quem interagem de uma visão mais alargada do mundo e da praxis política?* (2017:27) – estendemos as presentes recomendações, também, às direções nacionais dos partidos políticos e às lideranças dos grupos parlamentares, ao Governo e às organizações de sociedade civil portuguesas. Com efeito, considera-se que este universo de atores deverá estar mais interligado no esforço de mobilização para a participação das juventudes partidárias na promoção da CG enquanto agentes de Educação para o Desenvolvimento, ou seja, enquanto motores de transformação social no sentido da prevenção e do combate às desigualdades sociais, do combate à discriminação, da promoção do bem comum, da inclusão, da interculturalidade, da justiça social, da sustentabilidade, da solidariedade e da paz, tanto a nível local como a nível global.

2.1. Às direções das Organizações de Juventudes Partidárias (OJP)

a| Definir uma estratégia interna de Responsabilidade Social, com base em protocolos de cooperação e de voluntariado, com entidades do sector social das áreas identificadas a nível local como as mais necessitadas de intervenção;

b| Realizar com regularidade ações de *advocacy* junto dos poderes públicos, designadamente dos poderes locais e agências administrativas que atuam nos sectores que mais mobilizam os jovens, como o ambiente, a educação, as migrações, ou os direitos humanos;

c| Estabelecer uma ligação mais regular com a atividade parlamentar: **i.** realizando visitas ao Parlamento; assistindo a comissões parlamentares; organizando nos espaços parlamentares iniciativas próprias das OJP; **ii.** marcando encontros regulares com os Deputados dos respetivos partidos para os sensibilizar para os temas da cidadania global; **iii.** acompanhando de perto o processo legislativo, através da criação de *observatórios legislativos* que permitam às OJP conhecer, atempadamente, a legislação em preparação e emitir opiniões e recomendações aos deputados e comissões parlamentares;

d| Assumir uma identidade específica em matéria de *agenda-setting* para a Cidadania Global e o desenvolvimento face aos respetivos partidos políticos e face às organizações da sociedade civil. As OJP devem diferenciar-se destas estruturas para demonstrarem aos cidadãos a sua mais-valia na promoção da Cidadania Global. O desenvolvimento de uma identidade própria, não apenas de base ideológica tradicional esquerda-direita mas também com base nas preocupações sociais e ambientais, de âmbito local e global, manifestadas por militantes e simpatizantes, implica valorizar a ação para a cidadania de líderes políticos mais jovens sobretudo a nível local bem como utilizar uma linguagem

¹ “A Educação para a Cidadania Global e as Juventudes Partidárias: o caso do concelho de Loures” (Barreto e Lopes: 2017), coord. AIDGLOBAL, disponível em <http://aidglobal.org/estudo/>.

simples e adaptada ao público-alvo, assim como dinâmicas de atuação diferentes das dos partidos políticos nacionais. Essas dinâmicas poderão passar pela escolha como porta-vozes de cidadãos com os quais os jovens se identificam, como artistas, desportistas, investidores sociais, empresários, ou políticos que promoveram a qualidade de vida nas suas comunidades e são, por isso, um exemplo de Cidadania Global;

e| Reivindicar junto dos respetivos partidos políticos o poder de participar mais ativamente na formulação de prioridades a nível local e nacional;

f| Reivindicar junto dos respetivos partidos políticos o poder de colaborar, mais ativamente, na função de fiscalização da atuação dos poderes do Estado;

g| Trazer, mais regularmente, para a agenda das reuniões dos Conselhos Municipais das Juventudes os temas da CG;

h| Mobilizar, com mais eficácia, a apetência dos jovens para o ativismo social, através da organização regular de jornadas temáticas, prémios e ações de voluntariado, nas quais se promova e premeie o conhecimento e a disseminação dos temas da CG, particularmente através do uso de tecnologias de informação e comunicação adaptadas aos seus consumos habituais de informação;

i| Inquirir regularmente os militantes e simpatizantes das OJP sobre o seu grau de conhecimento dos temas da CG e sobre as necessidades que têm de informação, tendo em vista disponibilizar-lhes ações de formação especializadas sobre esses temas;

j| Estabelecer parcerias regulares com Universidades e Organizações da Sociedade Civil (à semelhança da estabelecida no presente projeto com a AIDGLOBAL e o ISCTE), visando proporcionar aos militantes e simpatizantes cursos práticos especializados, particularmente sobre os temas da participação democrática, globalização, relações internacionais, educação para o desenvolvimento, cooperação para o desenvolvimento, ajuda humanitária e afins;

l| Captar mais militantes para as OJP usando os temas da CG, aos quais os jovens são particularmente sensíveis.

2.2. Às direções partidárias e parlamentares

a| Introduzir o conceito de Cidadania Global nos programas políticos nacionais, envolvendo, nesta tarefa, as OJP e politizando um conceito que, embora intrinsecamente político, parece estar ausente do discurso partidário;

b| Tornar transversal às propostas eleitorais o cumprimento de objetivos ligados à Educação para o Desenvolvimento, conferindo, também, uma dimensão global às prioridades nacionais;

c|Tornar concreta para os cidadãos a mensagem política sobre Cidadania Global, demonstrando o seu potencial de efeitos práticos na qualidade de vida dos cidadãos e das comunidades;

d|Promover a nível local, em colaboração com as OJP, Paramentos temáticos de jovens ligados aos temas da CG, cujas sessões finais têm lugar na Assembleia da República, num formato inspirado no do Parlamento dos Jovens, mas sobretudo dirigido aos militantes e simpatizantes das juventudes partidárias;

e|Organizar uma Conferência de Presidentes de Comissões parlamentares dedicada à CG e à Educação para o Desenvolvimento, com forte visibilidade pública, explorando as diferentes temáticas de cada comissão;

f|Selecionar um dos premiados do Prémio de Direitos Humanos da AR, de acordo com critérios específicos ligados à Cidadania Global;

g|Fazer da CG um tópico relevante da campanha para as eleições europeias 2019, em articulação com as OJP que deverão ser os pivôs das ações eleitorais sobre aqueles temas;

h|Melhorar a disseminação *on line* das campanhas eleitorais e estimular a participação *on line* dos jovens nessas campanhas, visto que os estudos mostram que esses eleitores ignoram a cobertura eleitoral nos *media* tradicionais (Cortês, 2017). Alguns autores defendem que o uso político da *internet* favorece a participação política dos jovens (Robles *et al.*, 2013), pois, naquela, eles encontram um ponto de partida para o seu comprometimento político (Wyn *et al.*, 2005);

i|Exigir do Governo o aumento do orçamento nacional destinado à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), incluindo o financiamento para a Educação para o Desenvolvimento;

j|Acompanhar a elaboração do plano de ação relativo à nova Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022, para que, nela, se reforce a dimensão da participação política dos jovens e se proporcione a diversos atores da sociedade civil, incluindo as OJP, o financiamento de ações neste domínio, o que implica a disponibilização de recursos financeiros adequados.

2.3. Ao Governo

a|Consolidar a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global nos *curricula* escolares e apoiar a sua promoção no âmbito da educação não-formal;

b|Sinalizar como uma das prioridades nacionais de investigação científica o tema da participação da juventude. Os estudos existentes sobre Portugal são limitados. É importante a recolha de dados sistemáticos sobre representação e inclusão dos jovens,

transição da escola para o mercado de trabalho, o impacto das políticas nos diversos grupos juvenis e o seu envolvimento no processo político;

c | Reconhecer as OJP como atores específicos relevantes na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e no Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa, instrumentos dos quais as OJP estão praticamente ausentes. Destinar-lhes programas específicos tendo em vista a sua capacitação para se tornarem agentes eficazes de ED;

d | Dedicar um Conselho de Ministros descentralizado a temas da CG, tais como as migrações forçadas e o desenvolvimento sustentável e à Educação para o Desenvolvimento enquanto política e instrumento de ação;

e | Promover, mais intensamente, a consulta pública das iniciativas legislativas e a avaliação *ex ante* dos seus possíveis impactos;

f | Com o Parlamento, aperfeiçoar os mecanismos existentes de participação dos jovens nas decisões a nível municipal e nacional, dando às suas organizações mais poderes de emissão de pareceres vinculativos nas decisões administrativas que lhes dizem diretamente respeito.

2.4. Às ONGD e outras organizações da sociedade civil

a | Desenvolver programas específicos de informação e formação dirigidos às juventudes partidárias;

b | Envolver, regularmente, as OJP como parceiros formais nos projetos financiados nacionalmente e pela UE sobre cidadania global e ED;

c | Reconhecer, publicamente, o papel específico e a importância das OJP na formulação de prioridades nesta matéria e o seu papel na defesa dos temas da CG junto dos poderes públicos;

d | Valorizar a importância das estruturas partidárias e dos atores políticos na construção de comunidades locais e nacionais sustentáveis.

| O projeto da AIDGLOBAL “**Jovens na política – participar para a cidadania global**” tem como objetivo específico capacitar e mobilizar jovens militantes de partidos políticos para as problemáticas ligadas à Educação para o Desenvolvimento, promovendo ações e reflexões em torno da Cidadania Global em articulação com as dinâmicas locais. É cofinanciado pelo Camões Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e tem como parceiros, para além do CEI-IUL, o Instituto Português do Desporto e Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e a Federação Nacional de Associações Juvenis. |

| Bibliografia

/Barreto, Antónia e Joana Lopes (2017), *A Educação para a cidadania global e as juventudes partidárias: o caso do concelho de Loures*, ed. AIDGLOBAL. Disponível em <http://aidglobal.org/estudo/>.

/Conselho de Ministros de Portugal, *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018 -2022 (ENED 2018 -2022)*, Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018, DR 1.ª série, n.º 135, de 16 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/resolened1822.pdf>.

/Cortês, Emanuel (2017), *Estratégias de Comunicação Política nos média das juventudes partidárias em Portugal, para as eleições legislativas de 2015. Um estudo de caso com as juventudes partidárias dos partidos políticos representados na XIII legislatura portuguesa.*, Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14416/1/Estrat%C3%A9gias%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Pol%C3%ADtica%20nos%20media%20das%20juventudes%20partid%C3%A1rias%20em%20Portugal%20%28Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

/Deželan, Tomaž (2015), *Young people and democratic life in Europe: what next after the 2014 European elections?*, Ed. European Youth Forum, disponível em: https://www.youthup.eu/app/uploads/2015/11/YFJ_YoungPeopleAndDemocraticLifeInEurope_B1_web-9e4bd8be22.pdf

/Lobo, Mariana Costa, Vítor S. Ferreira e Jussara Rowland (2015), *Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: Situações e atitudes dos Jovens Portugueses numa Perspectiva Comparada*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: http://www.igfse.pt/upload/docs/2015/RoteirosdoFuturo_EstudoJovens2015.pdf

/Robles, José Manuel, Stefano de Marco e Mirko Antino (2013), “Consumo de informação política e participação digital em blogs de conteúdo sociopolítico”, *Análise Social*, 207, xlviii (2.º), Lisboa. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_207_d03.pdf

/Wyn, J., H. Cuervo, D.Woodman e H. Stokes (2005), *Young people, wellbeing and communication technologies*, Report for the Victorian Health Promotion Foundation. Disponível em: https://education.unimelb.edu.au/__data/assets/pdf_file/0020/2205038/Youngpeoplewellbeingandcommtechs.pdf

/Santos Inês, Sara Peres Dias e Luís Mah (2016), *Juventudes partidárias portuguesas: que visão sobre o desenvolvimento global?*, Working Paper CEsa CSG 144 / 2016. Disponível em: <https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/images/files/wp144.pdf>

/Torres, Carlos Alberto (2017), “Education for Global Citizenship”, *Oxford Research Encyclopedia of Education*, Oxford University Press, pp.1-23

/Bourn, Douglas (sem data), *Global citizenship & youth participation in Europe*, ed. Development Education Research Centre, UCL-IOE. Disponível em: [http://discovery.ucl.ac.uk/1475443/1/SFYouth_Transnational%20Report_final%20docx%20\(002\).pdf](http://discovery.ucl.ac.uk/1475443/1/SFYouth_Transnational%20Report_final%20docx%20(002).pdf)